ANTI CAPITALISTA

N.º 29 (SÉRIE II) – JUNHO 2020

UM SNS QUE TEIMA EM SOBREVIVER
PP.04-05

DISCRIMINAÇÃO POR DECRETO
P.06

TEMPO DE DESCONFI(N)AR

FOTO: PIXABAY

EDITORIAL

O SÓLIDO PODER DAS PALAVRAS

Algures, em *Novas Cartas Portuguesas*, pergunta-se pelo poder transformador da literatura. Uma pergunta recorrente, principalmente numa época determinada na literatura portuguesa e europeia que engloba, com uma força inusitada, o tempo da publicação de *Novas Cartas Portuguesas*. Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa, as famosas "três Marias", mostravam a Portugal e ao Estado Novo a força da literatura na reivindicação de uma democracia plena, de todos, mas também de todas. Maria Velho da Costa deixou-nos no final de maio. A escritora que, em *Maina Mendes*, acusa a palavra atribuída tradicionalmente à mulher como reprodutora sem chegar a ser produtora, foi uma das vozes que, ao longo de toda uma vida, vincou a sua palavra de mulher quebrando um silêncio de séculos. Da literatura, da sua, colhemos a força efetiva da luta contra o silêncio, que nem a morte é capaz de contrariar.

O dever de quebrar este silêncio é uma responsabilidade intensificada em época de crise.

O país navega ainda entre despojos de um confinamento pandémico, com uma repercussão social ainda de dimensão desconhecida. Sabe-se que ela é considerável, que é grave, que demonstra as consequências de se deixar o poder em roda livre nas mãos dos privilégios: desemprego galopante, filas a perder de vista para recolhas de cabazes alimentares, contas que se acumulam na inquietação de quem não sabe como chegará ao final do mês. Enquanto isso, as grandes empresas distribuem dividendos, bancos tomados por grupos especulativos ganham novas frações retiradas ao erário, multinacionais acumulam as vantagens de deslocalizações fiscais com apoios reclamados à benevolência do Estado. A decisão da crise continua entregue às mãos dos interesses do capital, e isso não deve ser deixado à passividade do silêncio.

Quebrou-se silêncio também numa ação de rua ocorrida em simultâneo em 18 cidades do país no setor da cultura. Foi organizada por trabalhadores e trabalhadoras que, da noite para o dia, perderam rendimentos e agravaram um quotidiano já incerto e sempre precário. O protesto juntou pessoas das mais diversas áreas, da atriz ao figurinista, da produtora ao funcionário de bilheteira. Entre os e as mais visíveis no setor da cultura aos/às que, longe do palco e da visibilidade, são motores efetivos do que é preciso que aconteça, a organização da Vigília pela Cultura e pela Arte dá a escala dos efeitos de uma crise que talvez se comece a revelar precisamente na linguagem simbólica das artes e das letras. Cabe-nos a solidariedade, que não deixa a justiça no manto do silêncio.

A crise avança e revela-se, por vezes dando a mão aos que com ela recolhem dividendos. Ressoa a pergunta de *Novas Cartas Portuguesas*: «O que pode a literatura, irmãs, as palavras contra tudo isto?».

O silêncio é o lugar dos vencidos, das esquecidas da crise, mas por vezes é um tentador resguardo quando as palavras falham. Em silêncio assistimos à partida da nossa camarada Luísa Moreira, presença excessiva e teimosa no calor de todas as lutas cuja força, por não caber numa vida só, nunca desistiu de transformar a única que temos. É no exemplo da sua perseverança que recolhemos a certeza de que o silêncio não dura. A palavra transforma e permanece, a palavra cria e sobrevive e, na palavra, erguemos o protesto contra a própria morte, que nunca se esquece dos seus e das suas.

Porque as palavras podem, e muito!

Esta é uma publicação da **Rede Anticapitalista**, em que se juntam militantes do **Bloco de Esquerda** que se empenham nas lutas sociais e no ativismo de base.

ÍNDICE

2 **Editorial**
O sólido poder das palavras

3 **Ativismo**
Museu de Serralves e Casa da Música: a arte de desprezar quem trabalha

4 **Saúde**
Um SNS que teima em sobreviver

6 **Nacional**
Discriminação por decreto

7 **Internacional**
A perigosa história do imunoprivilégio

8 **Leituras**
Uma outra voz, Gabriela Ruivo Trindade

8 **Ecrãs**
BoJack Horseman, Mehar Sethi, Kate Purdy, Joanna Calo

8 **Acontece**
Parados, nunca calados
Resgatar o futuro, não o lucro
Rastreamento.pt

Ficha Técnica

Conselho Editorial
Ana Bárbara Pedrosa
Andrea Peniche
Beatriz Simões
Hugo Monteiro
Mafalda Escada
Rodrigo Rivera
Tatiana Moutinho

Participaram nesta edição
Amarílis Felizes
Ana Carolina Gomes
Andrea Peniche
Adriano Campos
Bruno Maia
Hugo Monteiro
Joana Lopes
Mariana Falcato
Ricardo Lafuente
Tatiana Moutinho
Tiago Tavares

Depósito Legal
441931/18

Contactos
email **redeanticapitalista@gmail.com**
facebook.com/**redeanticapitalista**
web **www.redeanticapitalista.net**

ATIVISMO

MUSEU DE SERRALVES E CASA DA MÚSICA: A ARTE DE DESPREZAR QUEM TRABALHA

AMARÍLIS FELIZES

Há no Porto duas instituições fundamentais para a criação e divulgação artísticas que têm lidado de forma particularmente descabida com quem lá trabalha desde o início da pandemia. Ainda em março, a Fundação de Serralves decidiu deixar de pagar a vinte e três pessoas do seu Serviço Educativo que trabalhavam a recibos verdes. Do mesmo modo, foram descartados os/as técnicos/as do serviço de exposições, uma vez cancelados os planos de trabalho para as montagens e desmontagens. Passado algumas semanas, a Casa da Música dispensou dezenas de trabalhadores/as das áreas técnica, artística, da frente de casa, de mediação e de formação. Segundo o abaixo-assinado que 98 trabalhadores/as enviaram à direção a 18 de abril, foram deixadas sem qualquer rendimento mais de uma dezena de formadores/as do Serviço Educativo, dezenas de técnicos/as de som, luz e vídeo e cerca 50 assistentes de sala, tendo sido indecentemente proposto a alguns/as uma parte do pagamento em forma de "adiantamento", ficando os/as trabalhadores/as a dever essas quantias à Casa da Música no formato de bolsa de horas. Do mesmo modo, músicos que não pertencem às formações-base residentes da Casa da Música, e que foram contratados para desenvolverem projetos a partir de abril, ficaram sem a remuneração correspondente.

Estas pessoas somam-se aos milhares existentes em todo o setor da cultura e das artes que foram agora descartadas impunemente e que em muitos casos não têm o respaldo dos direitos sociais mais elementares, tanto porque os apoios são exíguos, como porque não cabem nos seus apertados critérios de elegibilidade.

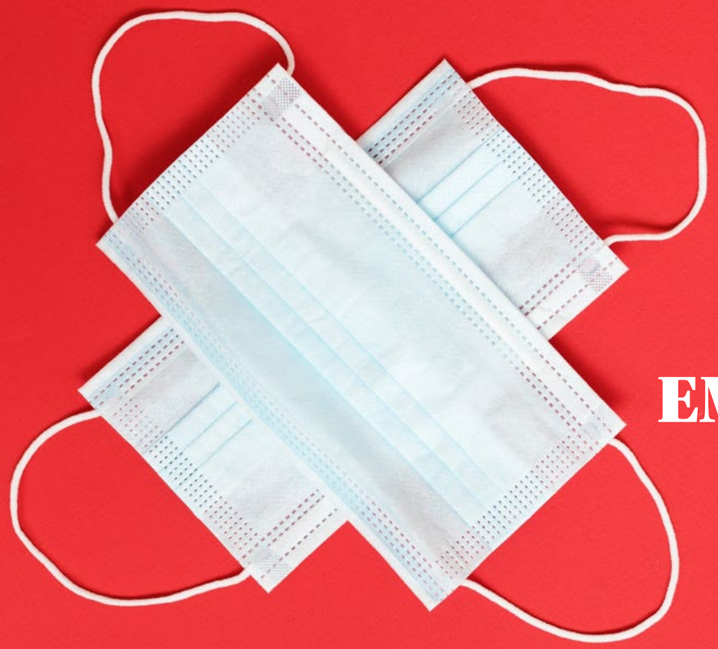
A ideia de que o trabalho na cultura, por inerência, é sem contrato tem de acabar. À qualidade intermitente do trabalho a projeto tem de corresponder um sistema que garanta direitos sociais.

Primeiro, a Casa da Música e a Fundação de Serralves falham ao sustentarem-se sobre péssimas práticas laborais e vínculos ilegais; depois, falham em crise ao entregarem à sua sorte quem constrói aquilo que são. São práticas aparentemente inexplicáveis se não enquadradas numa hegemonia de precarização laboral.

No imediato, justificam-se com uma quebra nas receitas, mas não se redimem, porque sabemos que Museu de Serralves e Casa da Música têm em comum o facto de boa parte do seu orçamento depender de transferências diretas do Orçamento do Estado que não cessaram[1]. Se assim fosse, poderiam fazer alguma pressão junto do Ministério da Cultura para terem um reforço no seu financiamento com vista a garantirem a subsistência de quem lá trabalha. Não foi assim. Mas verdadeiramente inexplicável é ver que também não houve pressão inversa. O Ministério da Cultura, principal financiador destas entidades, não tomou qualquer posição no sentido de serem garantidos os rendimentos destas pessoas.

Os zeros também se somam. A este silêncio somam-se outros, e, em resposta, tem-se levantado uma tremenda voz de protesto contra a inação do governo neste setor. Não poderia ser de outra forma, quando está à vista, prova atrás de prova, que o Governo se descarta de qualquer responsabilidade sobre aqueles/as que constroem o serviço público que lhe compete garantir, num momento em que as suas vidas colapsam.

1 As transferências para estas instituições representam uma fatia muito significativa do pequeno orçamento público destinado à Cultura. Por exemplo, a transferência anual do Estado para a Casa da Música, que este ano é de 9,4 milhões de euros, ultrapassa largamente a que é feita para o Teatro Nacional São João ou para Teatro Nacional Dona Maria, que são instituições públicas. É verdade: a Casa da Música não é uma instituição pública e também não o é a Fundação de Serralves, por isso não obedecem às mesmas regras que todas as outras instituições públicas.



SAÚDE

UM SNS QUE TEIMA EM SOBREVIVER

BRUNO MAIA

Vale a pena repeti-lo até à exaustão: o SNS salvou-nos da Covid-19! Haverá, porventura, dificuldades com esta afirmação, mas não se enganem: não tivemos sorte, não temos uma genética especial, não foi o clima: foi mesmo o SNS.

Portugal teve, até hoje, mais casos por milhão de habitantes do que a França, a Alemanha ou o Brasil. Temos uma mortalidade, por Covid-19 (mortes por milhão de habitante), na mediana da Europa, entre a Alemanha e o Luxemburgo. Tivemos surtos em lares e em fábricas, centenas de profissionais de saúde infetados, tal como nos restantes países. À exceção do número de testes realizados, onde estamos no pelotão da frente, pouca coisa nos distingue da maioria dos restantes países europeus. E, no entanto, neste primeiro embate com o novo coronavírus, somos um caso de sucesso. Porquê?

O problema fundamental que esta pandemia coloca é a exaustão dos serviços de saúde. Todos os esforços feitos até aqui foram no sentido de evitar a saturação do SNS, porque, sem vacina e sem cura, pouco mais há a fazer perante um vírus. Não só para permitir prestar cuidados de qualidade aos doentes com Covid-19, mas sobretudo para não deixar de fora todos os restantes doentes, porque as outras doenças durante uma pandemia não fogem. E não há dúvidas que esse objetivo foi atingido. Porquê?

Atingir a exaustão nos serviços de urgência e unidades de cuidados intensivos do SNS não nos é estranho: aconteceu várias vezes na última década, frequentemente de forma localizada e regional, mais amiúde em todo o país, sobretudo nas chamadas "épocas da gripe". Falta de profissionais, utentes sem médico de família e sem outras soluções que não a urgência, encerramento de camas de cuidados intensivos: as causas foram sendo apontadas ao longo dos anos. Portanto o sistema já foi testado várias vezes ao ponto da saturação e sobreviveu. Tudo isto sem uma pandemia no horizonte. Agora foi diferente. Porquê?

Em março, quando Trump ainda achava que a pandemia era um embuste dos democratas, o SNS montava a maior operação da sua história: reorganizaram-se os circuitos de todas as urgências hospitalares, abriram-se pontos de rastreio e atendimento dentro e fora dos hospitais e dentro e fora dos cuidados de saúde primários, reorientou-se a linha SNS24 e o atendimento do 112/INEM para a identificação e encaminhamento adequado dos doentes Covid e não Covid, montou-se um sistema de vigilância epidemiológica nacional como nunca havia sido feito, criaram-se planos de contingência hercúleos nas unidades de cuidados intensivos, mobilizaram-se espaços físicos e profissionais de saúde para tarefas essenciais, reconverteu-se muita produção nacional para produtos de primeira necessidade nos hospitais, formaram-se todos os profissionais de saúde, desde o médico aos empregados de limpeza, sobre utilização de material e cuidados de barreira e contacto, formou-se toda uma população sobre cuidados e procedimentos a adotar. Tudo feito em tempo recorde, a partir de um sistema público de saúde sangrado de recursos nos últimos anos. Porquê?

A resposta a tantos porquês é só uma: porque o SNS é um serviço público. Porque perante uma ameaça existencial, é a dedicação a esse serviço que conta, que empenha profissionais e população, estruturas e instituições numa luta sem tréguas e livre do constrangimento do lucro e da produtividade. Porque sendo público, contam as pessoas, a solidariedade e o sentido do coletivo. Porque o SNS, mesmo estando sob ataque cerrado há décadas por governantes e interesses privados, foi capaz de ir ensinando aos seus profissionais e à população que serve que o seu centro nevrálgico, a sua essência, é o serviço de cuidar da saúde de todos nós. E isso não é pouca coisa, é tudo!

Os liberais odeiam estas palavras e esta realidade, porque sabem que o mercado e a procura do lucro nunca serão capazes de replicar, reproduzir ou substituir um serviço que é feito por todos e para todos. E ainda mais porque a resposta do SNS a esta pandemia demonstrou-o claramente. Mas os privados também fizeram a sua parte: quando a administradora dos Lusíadas veio reclamar ao Estado que pagasse os tratamentos de Covid-19 nos seus hospitais ficou claro ao que vinham.

Os Lusíadas tinham bons motivos para o entusiasmo. A UnitedHealth Group, uma multinacional norte-americana, dona dos Lusíadas, tinha acabado de anunciar lucros de 4100 milhões de dólares só nos primeiros três meses do ano, um aumento de 164 milhões (6,8%) em relação ao ano transato. Para esta gigante dos seguros de saúde, a pandemia teve um "impacto mínimo" nos seus lucros e é pouco provável que afete o lucro estimado para o resto do ano - palavras do seu CEO. Infelizmente, em Portugal, esbarraram com uma coisa chamada SNS.

Mas as tarefas que o SNS tem pela frente são, pelo menos, tão difíceis quanto a pandemia. Com a suspensão da atividade eletiva, as listas de espera para cirurgia e consultas aumentaram significativamente. Novas vagas de infeção são mais do que expectáveis nos próximos meses. Os profissionais de saúde que estiveram na "linha da frente" estão exaustos. Acumulam-se agora aos efeitos da pandemia os anos de desinvestimento e de suborçamentação. Este é o momento crucial para investir no SNS. Infelizmente, o governo do PS só nos tem presenteado com maus sinais. Aprovaram um decreto que mantém as parcerias público-privadas, já anunciaram que vão entregar muita da atividade suspensa aos privados e não querem nem ouvir falar sobre subsídios de risco ou seguros de vida aos profissionais que arriscaram e vão continuar a arriscar a vida. Mário Centeno parece que não conhece a palavra investimento, embora considere normal injetar 850 milhões num banco mal gerido e que distribui vencimentos milionários aos seus gestores. Da Europa sopram as nuvens negras da austeridade, bafejadas pelo dono de uma offshore: o primeiro-ministro holandês.

O SNS, por si só, já mostrou muita resiliência. Sobreviveu e sobreviverá às injúrias de uma elite que o quer devorar, parasitando-o. Mas à esquerda sobreviver não basta. É preciso que o SNS viva, na sua plenitude, na sua essência, através de todos nós. Por isso, talvez tenha chegado o momento de a esquerda se juntar num movimento unitário para inverter esta tendência destrutiva do serviço público de saúde. Partiremos dos sindicatos, mas também dos partidos, dos intelectuais e das associações de doentes, dos profissionais organizados e das franjas excluídas, como os migrantes. Partiremos, se formos audazes, dos jovens. Dos jovens médicos que ficam, todos os anos, à porta de uma formação especializada, barrados da sua carreira, dos jovens enfermeiros que têm de resistir ao apelo da emigração, dos jovens precários, intermitentes e desempregados que sabem que é no SNS que vão ter os seus filhos, que é o SNS que vai cuidar da doença dos seus pais. E partiremos do que já foi conquistado: uma Lei de Bases que honra o SNS e que tem de ser cumprida. Ou alguém dá este sinal de partida ou a mão invisível dará conta da nossa saúde.

DISCRIMINAÇÃO POR DECRETO

JOANA LOPES

«O jovem, ao qual sobra o tempo e os dias escasseiam, faz-se o velho, ao qual sobram os dias e escasseia o tempo.»

Pensei muitas vezes nesta frase de Nuno Brederode Santos nos últimos meses. Os velhos sentiram na pele que lhes sobravam muitos dias vazios e que era escasso o tempo de vida que tinham pela frente, tal foi a insistência com que os mais jovens lhes recordaram que estavam perfilados na linha da frente para deixarem este mundo por causa de um inimigo que os atingiria especialmente. Nem eram as estatísticas dos mortos que mais os impressionavam, mas todas as ordens de "protecção" de que eram alvo e que os empurravam para dentro de casa, que os reduziam a meros espectadores televisivos de uma inesperada tragédia.

Em Portugal, o primeiro choque veio com o decreto do Governo de 18 de Março, que regulou a aplicação do Estado de Emergência. Os velhos com mais de 70 anos foram considerados "cidadãos de risco", destacados do comum dos mortais e empacotados juntamente com os imuno-deprimidos e os portadores de doenças crónicas, num conjunto de pessoas com liberdade de circulação altamente reduzida. Como se de crianças ou de um conjunto homogéneo de dementes se tratasse, não houve qualquer preocupação em responsabilizá-los pela sua própria protecção, ao mesmo tempo que nada foi feito por aqueles que necessitavam mesmo de ser protegidos – os encerrados em lares –, a não ser quando soaram campainhas de alarme por mortes em cascata (em meados de Maio, estas correspondiam a 40% do total de ocorrências). A cereja em cima do bolo chegou no domingo de Páscoa, com uma entrevista dada pela presidente da Comissão Europeia, na qual defendeu que os mais velhos deviam permanecer confinados pelo menos até ao fim de 2020!

E qual foi a reacção generalizada da população, com realce para a grande maioria dos familiares dos cidadãos em causa? A aceitação cega da discriminação decretada, apesar das tentativas quase sempre tímidas dos atingidos, o pânico de infectar pais e avós, a chantagem de quem chegou ao ponto de lhes perguntar se queriam arriscar-se a roubar uma cama de UCI (Unidade de Cuidados Intensivos) a algum dos netos (sim, cheguei a ver isto escrito!). Com a sabedoria que a idade traz, os menos frágeis foram aguentando a afronta e tiraram todo o partido possível do que lhes era permitido, mas foram a excepção: a maioria definhou, aferrolhou-se durante semanas entre quatro paredes, por vezes bem feias e tristes, ficou com medo de tudo e perdeu certamente meses ou mesmo anos de vida – ou, pelo menos, de saúde física e mental.

Felizmente, existiram sempre excepções, sobretudo quando se temeu que a discriminação continuasse para além do Estado de Emergência. Desencadeou-se, então, todo um movimento no espaço público, nas redes sociais e em muitos bastidores e conseguiu-se que a famigerada equiparação a doentes incuráveis não se estendesse à Situação de Calamidade, tendo mesmo o primeiro-ministro reconhecido, na mensagem que dirigiu ao país quando a anunciou, que era a essas reacções que se devia o facto de o novo decreto não incluir qualquer cláusula relacionada com idade. Tivesse sido outro o resultado e tudo estava preparado por alguns para um apelo público à desobediência civil e para a apresentações de queixas à Provedoria de Justiça.

Resumidos os factos recentes, vale a pena sublinhar que o idadismo não nasceu com a chegada desta pandemia, nem vai com ela desaparecer. Embora existam sociedades em que os velhos ainda são considerados importantes pela sabedoria de vida acumulada, há muito que o mundo do *glamour* e do empreendedorismo os relegou para um plano mais do que secundário, para já não falar de uma certa inveja, mais ou menos dissimulada, que "as gerações mais bem preparadas de sempre" têm daqueles que recebem reformas que eles temem nunca vir a ter. Estou a exagerar? De certo modo, como sempre que se generaliza o que quer que seja e foi aquilo que propositadamente fiz aqui. E ficou tanto, mas tanto, por dizer!

FOTO: PIXABAY

A PERIGOSA HISTÓRIA DO IMUNOPRIVILÉGIO

KATHRYN OLIVARIUS*

Já vimos o que acontece quando pessoas com imunidade a uma doença mortal recebem tratamento especial. E não é bonito.

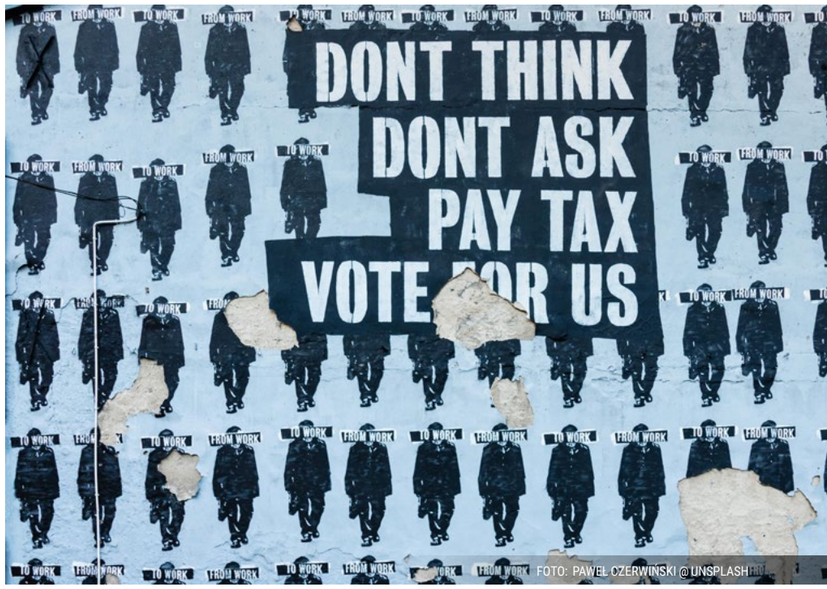


FOTO: PAWEŁ CZERWIŃSKI @ UNSPLASH

No final de março, o *site* conservador The Federalist publicou um artigo defendendo que os jovens norte-americanos saudáveis se infetassem deliberadamente com Covid-19, como parte de uma estratégia nacional de "infecção voluntária controlada" destinada a construir a "imunidade de grupo". Se um número suficiente de norte-americanos se expuserem ao vírus e se tornarem imunes, diz a teoria, o país teria um quadro mobilizado de cidadãos imunes. Este imune eleito poderia reabrir empresas, regressar ao trabalho e salvar a economia americana.

O artigo foi amplamente desacreditado por especialistas em saúde pública e economistas, como sendo de lógica duvidosa e ética especiosa, mas tal pensamento já metastizou. O agrado de alguns governantes do Texas, como Glenn Beck e o tenente Gov. Dan Patrick, criou a vontade de considerar o ataque contra o novo coronavírus como um ato patriótico e pró-economia; e, entretanto, Alemanha, Itália e Grã-Bretanha brincam com o conceito de "passaportes de imunidade" - prova de que uma pessoa venceu a Covid-19 - que permitiriam às pessoas com anticorpos voltarem ao trabalho mais rapidamente.

Que as pessoas possam empunhar o seu "imunocapital", duramente conquistado, para salvar a economia soa a ficção científica. Mas, enquanto esperamos meses, ou anos, por uma vacina, os anticorpos que as pessoas têm podem muito bem fazer parte da nossa estratégia económica. Se assim for, devemos ter em conta as lições do passado e ter cuidado com os potenciais perigos sociais. Como historiadora, a minha investigação tem-se focado num tempo e num lugar - o Sul profundo do século XIX - que outrora funcionou segundo uma lógica muito semelhante, apenas com um vírus muito mais letal e temível: o da febre amarela. A imunidade baseada no caso a caso permitiu a expansão da economia, mas fê-lo de forma desigual: em benefício dos que já estão no topo da escala social e à custa de todos os outros. Quando um vírus em fúria colidiu com as forças do capitalismo, a discriminação imunológica tornou-se apenas mais uma forma de enviesamento numa sociedade já baseada na desigualdade racial, étnica, de género e financeira.

A febre amarela, provocada por um flavivírus transmitido pelo mosquito, era inelutável no Sul Profundo do século XIX e um fator de terror quase constante em Nova Orleães, o centro da região. Nas seis décadas transcorridas entre a compra do Louisiana e a Guerra Civil, Nova Orleães viveu 22 epidemias que mataram, cumulativamente, mais de 150 000 pessoas. (Talvez outras 150 000 tenham morrido em cidades americanas próximas). O vírus matou cerca de metade das pessoas infetadas e matou-as de forma horrível, com muitas vítimas a vomitarem sangue negro espesso, da consistência e cor das borras de café. Os que tiveram a sorte de sobreviver ficaram "aclimatados", ou imunes para a vida.

A Nova Orleães do *antebellum* era uma sociedade esclavagista, na qual os brancos dominavam pessoas de cor livres e pessoas escravizadas através da violência legalmente sancionada. Mas outra hierarquia invisível veio conviver com a ordem racial; os "cidadãos aclimatados" brancos estavam no topo da pirâmide social, seguidos pelos "estrangeiros não aclimatados" brancos, seguidos por todos os outros. Sobreviver à febre amarela era localmente conhecido como o "batismo de cidadania": prova de que uma pessoa branca tinha sido escolhida por Deus e se tinha estabelecido como um jogador legítimo e permanente no Reino do Algodão.

(continua na versão online)

*Professora de História na Universidade de Stanford e autora de Necropolis: *Disease, Power, and Capitalism in the Cotton Kingdom* e *Immunocapital* (no prelo).

LEITURAS

UMA OUTRA VOZ
Gabriela Ruivo Trindade
2018 | 246 páginas
Leya
PVP: ± 15.50 Euros

Uma Outra Voz é, na realidade, várias vozes. Femininas e masculinas, individuais e coletivas, que entrelaçadas nos contam a história de uma família de Estremoz ao longo da história recente do nosso país, começando na implantação da República, passando pelo golpe de Estado dos anos vinte do século passado, o regime de Salazar e a sua queda, a revolução de Abril e o regresso da democracia. Num modelo aparentemente já muito batido, este romance constrói-se com uma estrutura invulgar, e cria uma narrativa cheia de sensibilidade e amor. A história é baseada em factos reais da história de família da autora, e sente-se essa forte ligação emocional, naquilo que a certa altura sentimos ser um romance histórico que nos transporta até ao Alentejo, ao mundo rural e à luta por um país sonhado. Gabriela Ruivo Trindade recebeu o Prémio Leya 2013 por esta obra, que foi o seu primeiro romance.

Mariana Falcato Simões

ECRÃS

BOJACK HORSEMAN
Mehar Sethi, Kate Purdy, Joanna Calo
2014-2020

O protagonista é um cavalo, mas é das personagens mais humanas que já vi retratadas.

Esta é uma série de 6 temporadas e 77 episódios que "primeiro se estranha e depois se entranha". Porquê? Porque é difícil começar a acompanhar, o desenho é invulgar, um universo que é um misto de humanos com aspeto de humanos e humanos com aspeto de animais é confuso, a temática parece uma comédia pouco atrativa… Mas, conseguindo passar o embate inicial, conseguindo acompanhar todas as temporadas, percebemos que a estranheza não é mais que um retrato da própria vida.
Uma vida de altos e baixos, de egoísmo, de dúvida, de vazio, de pequenas conquistas. As personagens são distintas, aborrecidas, odiáveis, interessantes e apaixonantes – como as pessoas são. Com o decorrer da série, a sensação de comédia perde-se e é substituída pela de um drama profundo, por um retrato assustadoramente fiel da depressão, da luta quotidiana para sobreviver num mundo de excessos (na série é Hollywood, mas Hollywood pode ser a metáfora da nossa sociedade).

Bojack Horsmann é ainda especial por conter um dos poucos retratos com protagonismo da assexualidade, através da personagem Todd Chavez. Uma orientação sexual ainda muito invisibilizada e incompreendida.

Ana Carolina Gomes

ACONTECE

4 DE JUNHO
Porto | 18 Horas | Avenida dos Aliados
Lisboa | 18 Horas | Rossio
Passaram três meses desde que a pandemia mudou a vida de todos e de forma muito violenta a dos músicos, trabalhadores de espetáculos e do audiovisual. Num setor em que domina a precariedade, os efeitos são catastróficos e, à medida que o tempo passa, sem que sejam tomadas medidas de emergência e de fundo, as consequências são cada vez mais devastadoras e auguram um efeito prolongado sobre a vida dos profissionais e sobre a Cultura. (…) Porque este é o momento de reforçar a unidade e a luta, porque este é o momento de dizer com clareza o que queremos para a Cultura e para os seus trabalhadores tomamos a rua numa Manifestação Nacional.

6 DE JUNHO
Braga | 17 horas | Avenida Central
Lisboa | 17h30 horas | Alameda
Porto | 17 horas | Avenida dos Aliados
Não estamos todos no mesmo barco! Se o normal é o salário dos gestores do Novo Banco (2 milhões) ser mais alto do que o apoio que o ministério da Cultura dedicou às 100 mil pessoas que tentam sobreviver no setor da cultura, então, não queremos voltar ao normal. Se o normal é as 300 mil pessoas obrigadas a trabalhar a recibos verdes, que viram o seu trabalho cancelado, receberem metade do valor do limiar da pobreza, então, temos problemas com este normal. Se o normal são empresas despedirem, mesmo quando recebem apoios públicos para garantir emprego, então, este normal não nos serve.

RASTREAMENTO.PT
Pensar antes de instalar
As apps de rastreamento de contactos (ARC) estão a ser avançadas por todo o mundo como um recurso necessário para o combate à pandemia. Em Portugal, o assunto também já está na ordem do dia, com várias ARC prestes a serem lançadas.

Existem riscos muito preocupantes, transversais a todas as apps deste tipo, que nos devem fazer pensar duas vezes antes de instalar algo assim no nosso telemóvel. O desespero e a ansiedade que todas e todos sentimos leva-nos a desejar uma solução mágica para o fim da crise; mas as ARC não são essa solução.

Rastreamento.pt é uma proposta da D3 – Defesa dos Direitos Digitais e será lançado em junho. Explicará e debaterá os vários cenários e argumentos, na perspetiva de ajudar a decidir, de forma informada, se vale a pena aderir a uma ARC.

CONTACTOS
email **redeanticapitalista@gmail.com**
facebook.com/**redeanticapitalista**
web **www.redeanticapitalista.net**